

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.425 - SC (2019/0298427-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378**  
                  **TATIANE BELLOMO DA SILVA - RS068466**  
                  **TOMAS ESCOSTEGUY PETTER - SC040797**  
                  **FERNANDO FREITAS GALANT - SC031030B**  
**AGRAVADO** : **AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN**  
**ADVOGADO** : **AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN (EM CAUSA PRÓPRIA) - SC033264**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL. 1. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONTRA A DECISÃO FUNDADA NO ART. 1.030, I, B, DO CPC/2015. 2. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. 3. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por Oi S.A - em recuperação judicial desafiando decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que não admitiu o processamento do recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por sua vez, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 676):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL. AJUSTE DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM INVESTIMENTO NO SERVIÇO TELEFÔNICO. COMPLEMENTAÇÃO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. DECISÃO QUE AFASTOU A TESE DE ILEGITIMIDADE ATIVA. AUTOR DA DEMANDA QUE ADQUIRIU DE TERCEIROS NÃO SOMENTE O DIREITO DE USO DO TERMINAL TELEFÔNICO, MAS A TOTALIDADE DOS DIREITOS DECORRENTES DOS CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FIRMADOS, CONFORME FAZ PROVA OS INSTRUMENTOS DE CESSÃO PRESENTES NOS AUTOS. LEGITIMIDADE DO CESSIONÁRIO NESSA HIPÓTESE. PRECEDENTES DO STJ. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.

REJEITADA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO EM RELAÇÃO AOS DIVIDENDOS. REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alegou ofensa aos arts. 485, VI, do Novo Código de Processo Civil e 6º, VIII, do CDC. Sustentou que a parte recorrida é ilegítima para pleitear resíduo acionário de contrato de participação financeira, pois inexistem nos autos prova de que tenha adquirido de terceiros os direitos e a linha telefônica sobre a qual reclama complementação acionária ou mesmo que o contrato tenha sido firmado em data posterior à 30/6/1997.

Asseverou sua ilegitimidade passiva para responder por obrigações contraídas antes da cisão parcial da Telebras, bem como a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 709).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ, bem como negou seguimento quanto à legitimidade passiva e ativa, tendo em vista o REsp n. 1.651.814/SP (Tema 910/STJ) e o REsp n. 1.301.989/RS (Tema 657).

Irresignada, a recorrente apresenta agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 774).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina negou seguimento ao

processamento do recurso especial, por concluir, expressamente, que o posicionamento adotado pelo acórdão *a quo*, no que concerne à legitimidade ativa e passiva, encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior sedimentada em julgamento de recurso repetitivo, nos termos do art. 1.030, I, *b*, do Código de Processo Civil de 2015.

Conforme a dicção do § 2º do art. 1.030 do CPC/2015, não cabe agravo em recurso especial contra a decisão que inadmite o apelo extremo com fundamento no referido artigo, mas, sim, agravo interno para o próprio Tribunal de origem.

Em detida observância ao aludido dispositivo legal, esta Corte de Justiça assim se posiciona:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL FUNDADA NO ARTIGO 1.030, I, B, DO CPC/2015. CABIMENTO DE AGRAVO INTERNO CONSOANTE ARTIGO 1.030, § 2º, CPC/2015. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PREVISTO NO ARTIGO 1.042 DO CPC/2015. ERRO GROSSEIRO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE.

1. O Código de Processo Civil de 2015, de forma expressa, determina o cabimento de agravo interno contra decisão que, especado no artigo 1.030, I, *b*, do CPC/2015, nega seguimento ao recurso especial.

2. Destarte, a interposição do agravo em recurso especial, previsto no artigo 1.042 do CPC/2015, constitui erro grosseiro, tendo em vista a inexistência de dúvida objetiva, ante à expressa previsão legal do recurso adequado, não sendo mais devida a determinação de retorno dos autos ao Tribunal de origem para que o aprecie como agravo interno.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1003647/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017).

Dessa forma, nesse ponto, o agravo não comporta conhecimento.

No mais, em relação à inversão do ônus da prova, colhe-se do acórdão impugnado o seguinte (e-STJ, fl. 684):

Ante o exposto, com fulcro na posição do Superior Tribunal de Justiça, há de se reconhecer a incidência do Código de Defesa do Consumidor em contratos como o dos autos, porquanto configurada a relação de consumo entre as partes.

Em consequência, admite-se a inversão do ônus da prova para a juntada dos documentos comuns entre as partes, nos termos do art. 6º,

# *Superior Tribunal de Justiça*

VIII, do referido diploma legal.

Cumpre destacar que “é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às ações que têm como objeto o cumprimento de contratos de participação financeira, pois diretamente atrelados ao serviço de telefonia” (REsp 1608700/PR, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 31/3/2017).

Nessa linha, assinale-se que “a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede especial, conforme súmula nº 07/STJ” (AgRg no REsp 662.891/PR, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 26/4/2005, DJ 16/5/2005, p. 363).

Ante o exposto, conheço parcialmente do agravo para, nessa extensão, não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator